



PROFANAÇÕES DO SILÊNCIO: APAGAMENTOS, RESISTÊNCIAS E EPISTEMOLOGIAS LÉSBICAS NOS ARQUIVOS DA MORAL BRASILEIRA (1960–2000)

**Desecrations of silence: erasures, resistances and lesbian epistemologies in the archives
of Brazilian morality (1960-2000)**

Maria das Graças Maciel de Oliveira¹

Clodoaldo Matias da Silva²

Janderson Gustavo Soares de Almeida³

Denison Melo de Aguiar⁴

Resumo

O artigo investiga o apagamento da lesbianidade nos arquivos da moral brasileira entre 1960 e 2000, examinando como o Estado e suas instituições produziram o silêncio como dispositivo de controle sobre os corpos dissidentes. A pesquisa tem como objetivo compreender de que modo esses apagamentos foram operacionalizados por discursos médicos, jurídicos, educacionais e religiosos, bem como identificar práticas de resistência que subverteram a exclusão por meio da criação de contra-arquivos e saberes insurgentes. Adota-se como metodologia a análise bibliográfica crítica, baseada na articulação entre fontes acadêmicas, documentos históricos e produções culturais que tensionam a historiografia tradicional. A investigação analisa o corpo lésbico como campo de disputa simbólica, marcado por violências institucionais e também por gestos de insubordinação epistêmica, afetiva e política. A pesquisa propõe que os silêncios arquivísticos não indicam ausência, mas estratégias ativas de apagamento, sendo a resistência lésbica uma forma de profanação da norma e fundação de novas epistemologias. Conclui-se que a inserção da lesbianidade no campo da História requer a revisão crítica de seus fundamentos disciplinares e a valorização de saberes produzidos nas margens. O estudo amplia o debate sobre memória, corpo e dissidência, oferecendo contribuições relevantes à historiografia contemporânea.

Palavras-chave: Arquivo. Corpo. Dissidência. Lesbianidade. Memória.

Abstract

This article investigates the erasure of lesbian existence in the moral archives of Brazil between 1960 and 2000, examining how the State and its institutions produced silence as a mechanism of control over dissident bodies. The research aims to understand how these erasures were operationalised by medical, legal, educational, and religious discourses, and to identify resistance practices that subverted exclusion through the creation of counter-archives and insurgent knowledge. It adopts a critical bibliographic analysis as its methodology, articulating academic sources, historical documents, and cultural productions that challenge traditional historiography. The study analyses the lesbian body as a field of symbolic dispute, marked by institutional violence and gestures of epistemic, affective, and political insubordination. It argues that archival silences do not indicate absence, but rather active strategies of erasure, and that lesbian resistance acts as a profanation of normative regimes and a foundation of new epistemologies. The research concludes that inserting lesbian experience into the field of History requires a critical review of disciplinary foundations and the valuation of knowledge produced on the margins. The study contributes to debates on memory, embodiment, and dissidence, offering relevant insights to contemporary historiography.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Postgrado UniNorte, Assunção - Paraguai. E-mail: educadoragracamaci@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1529-9950>.

² Mestrando em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: cms.1978@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3923-8839>.

³ Doutorando em Educação e Cultura – UNESA. Mestre em Educação – UNESA. E-mail: janderson.almeida@semed.manaus.am.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7072-8561>.

⁴ Pós-doutorando em Direito pela UniSalento (Itália-2024). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). E-mail: denisonaguiarx@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>.



Keywords: Archive. Body. Dissidence. Lesbianity. Memory.

Introdução

As narrativas sobre a história da sexualidade no Brasil, por muito tempo, silenciaram as experiências lésbicas em nome de uma moral sexual heteronormativa legitimada por instituições como o Estado, a Igreja e o aparato médico. As lésbicas, quando mencionadas, eram descritas como figuras desviantes, monstruosas ou inexistentes, compondo o quadro do que se convencionou chamar de “não dito histórico”. O silêncio, portanto, não se mostra como ausência, mas como uma presença ativa da censura e da normatividade na organização das fontes, dos arquivos e da memória. Este artigo propõe tensionar essas ausências construídas, investigando como as práticas arquivísticas operaram apagamentos e, ao mesmo tempo, suscitaram formas de resistência que profanam esses silêncios.

Nessa direção, o presente trabalho parte do seguinte questionamento: Como os arquivos da moral brasileira entre 1960 e 2000 operaram o apagamento da lesbianidade, e de que modo as práticas de resistência e profanação desses silêncios contribuíram para a construção de epistemologias lésbicas insurgentes? A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a historicidade das violências simbólicas e institucionais que interditaram a existência lésbica, problematizando os dispositivos de saber-poder que sustentaram tais apagamentos. Ao adotar o conceito de profanação como chave hermenêutica, o estudo busca desestabilizar a lógica arquivística excludente, criando espaço para a memória insurgente e a subjetividade dissidente das lésbicas brasileiras.

Cabe ressaltar que o tema carrega densidade política, social, jurídica e acadêmica, uma vez que evidencia a persistente marginalização de corpos e existências fora da norma, a urgência de tal investigação se revela nos índices de violência lesbofóbica, nas ausências legislativas sobre direitos específicos e na invisibilidade recorrente nos currículos escolares e universitários. Historicamente, o direito ao registro, à memória e à cidadania foi negado às mulheres que amam mulheres, assim, escrever sobre a história lésbica não é apenas resgatar vozes silenciadas, mas também reivindicar um lugar legítimo para essas experiências no debate historiográfico e nos processos de reconhecimento político.

No percurso dos últimos anos, observa-se um crescente interesse por pesquisas que discutem a sexualidade sob recortes interseccionais e dissidentes, indicando uma ampliação epistemológica nos estudos sociais e históricos. Ainda assim, a lesbianidade permanece como



objeto periférico nos debates acadêmicos, sendo frequentemente subsumida sob categorias genéricas como “homossexualidade” ou “gênero”. Em resposta a essa lacuna, a presente investigação opta por dar centralidade às práticas e saberes lésbicos, considerando suas formas de produção de conhecimento, de resistência política e de elaboração de arquivos alternativos que confrontam a moral sexual dominante.

A metodologia adotada pauta-se na análise crítica de fontes primárias e secundárias, articulando documentos oficiais, materiais da imprensa militante, relatos memorialísticos, obras literárias e registros visuais, a pesquisa está dividida em quatro seções de fundamentação teórica: a primeira trata dos silêncios arquivísticos e sua relação com a moral sexual; a segunda aborda as estratégias de resistência e os contra-arquivos lésbicos; a terceira analisa a constituição de epistemologias lésbicas; e a quarta explora o corpo como campo de disputa sob regimes repressivos. A conclusão sistematiza os achados e a seção de referências reúne os textos que fundamentam o percurso teórico e empírico deste estudo.

Assim, espera-se que este artigo contribua para o fortalecimento de uma historiografia crítica e comprometida com as vozes subalternizadas, consolidando a lesbianidade como categoria analítica legítima e produtiva. Ao tensionar o silenciamento institucional e afirmar a potência dos arquivos dissidentes, o texto propõe uma virada epistemológica que inscreve o desejo lésbico como força histórica e política. A profanação aqui operada é, portanto, gesto metodológico e ético, que não apenas rompe com o pacto do silêncio, mas também inscreve outras formas de existência no campo da história e da memória.

Silêncios arquivísticos e a moral sexual brasileira

A construção da moral sexual brasileira, tal como configurada no século XX, operou sob forte influência de dispositivos institucionais que inscreveram a heterossexualidade como norma e a lesbianidade como desvio. Ao se consolidarem enquanto instrumentos de legitimação da ordem, Estado, Igreja, escola e medicina estabeleceram uma gramática do desejo que associava o corpo da mulher à domesticidade e à reprodução, interditando formas alternativas de amar. Como demonstra Trevisan (1986), a narrativa nacional sempre privilegiou os gestos viris, relegando o feminino ao lugar da ausência, assim, o silêncio sobre o amor entre mulheres foi também uma forma de construção política da identidade nacional.



Nesse sentido, o não registro da experiência lésbica em arquivos institucionais não pode ser lido como lacuna, mas como resultado de uma política ativa de exclusão, Mott (1987), ao sistematizar os poucos documentos existentes sobre o tema, identifica uma espécie de “purga documental”, em que atos judiciais, registros médicos e manuais escolares naturalizavam a ideia de que o lesbianismo era patológico ou inexistente. A ausência, portanto, torna-se evidência de um projeto de apagamento contínuo, que atua tanto nos documentos quanto nas práticas pedagógicas e jurídicas, isso revela uma lógica histórica que se alimenta da repetição do silenciamento como dispositivo de poder.

De modo complementar, o discurso científico também operou na moldura desse silenciamento, conforme aponta Ferreira (2019), a associação da homossexualidade ao contágio e à degradação moral, especialmente em tempos de epidemias, produziu uma imagem social da lésbica como corpo contaminante ou, na melhor das hipóteses, disfuncional. Essa patologização foi reiterada por protocolos médicos e diretrizes educacionais, criando um circuito de deslegitimação que atravessava gerações, tais narrativas foram incorporadas às práticas administrativas e ao sistema de justiça, contribuindo para a cristalização do não lugar da mulher lésbica na história oficial.

No campo jurídico e educacional, as normativas produzidas entre as décadas de 1960 e 1990 reforçavam a moral sexual vigente, criminalizando de forma indireta as condutas lésbicas por meio de categorias morais como “imoralidade pública” e “desvio de conduta”, como bem observam Miccolis e Daniel (1983), o movimento homossexual brasileiro emergente nesse período enfrentava dificuldades até mesmo para nomear essas violências, dado que as lésbicas eram frequentemente invisibilizadas dentro do próprio ativismo. A luta, portanto, não era apenas contra a repressão externa, mas também contra o apagamento interno nas redes militantes e acadêmicas.

Tais processos de exclusão não foram neutros ou universais, mas marcadamente atravessados por raça, classe e território, o silêncio imposto às lésbicas pobres, negras e periféricas era ainda mais radical, uma vez que esses corpos já estavam deslegitimados no projeto nacional. Como observa Souza (2020), a Roma Antiga, muitas vezes evocada como matriz da cultura ocidental, já operava com formas sofisticadas de exclusão simbólica, onde o gênero e a sexualidade eram dispositivos de organização política do espaço público.



Transpostas ao Brasil moderno, essas lógicas moldaram uma estrutura histórica que reconhecia apenas o que reforçava a hegemonia.

A articulação entre religião e sexualidade também operou como tecnologia de silenciamento, Colaço (1984) observa que os discursos religiosos, ainda que não codificassem diretamente a figura da lésbica, criavam uma ambiência moral em que qualquer dissidência sexual era tomada como possessão, heresia ou escândalo. A ausência da figura lésbica nos sermões não significava esquecimento, mas uma tática de neutralização simbólica. Esse silêncio eclesiástico era, paradoxalmente, um dos mais eficazes, pois não dava margem à resposta, à insurgência ou à nomeação, assim, a invisibilidade tornava-se doutrina e a repressão, sacramento.

O aparato estatal, por sua vez, adotava estratégias de vigilância moral que reforçavam a pedagogia do silêncio, Trevisan (2000) menciona que a censura de publicações, peças teatrais e filmes que insinuavam relações sáficas era comum, ainda que raramente registrada de forma explícita. Isso criava um regime de autorregulação em artistas, professoras e autoras lésbicas, que aprendiam a não se nomear, a não se mostrar, a exclusão tornava-se linguagem. Ao limitar o que podia ser dito, o Estado também limitava o que podia ser lembrado, e o que não é lembrado não entra nos arquivos que organizam o tempo histórico.

Mesmo em períodos de aparente abertura democrática, o controle sobre as formas de expressão lésbica se manteve por meio da produção institucional de documentos escolares, currículos e cartilhas de formação, Ferreira (2019) evidencia como, mesmo no contexto da educação sexual, a existência lésbica foi tratada como exceção, quando não como risco. A lesbofobia institucionalizada operava, portanto, não apenas por repressão, mas também por seleção dos discursos aceitáveis. A escola tornava-se, nesse sentido, uma das principais guardiãs do arquivo da moral sexual, perpetuando o silêncio como pedagogia nacional.

Esses múltiplos silêncios, entrelaçados por estruturas jurídico-institucionais, eclesiásticas e pedagógicas, configuram o que se pode chamar de “arquivo da moral brasileira”, um espaço simbólico e material onde o que é registrado serve para reafirmar a norma, e o que é silenciado funciona como evidência de perigo. Essa lógica organizacional do saber e da memória impacta diretamente a produção historiográfica, uma vez que a ausência de fontes sobre experiências lésbicas é, muitas vezes, tomada como ausência de história. Entretanto, o



historiador comprometido com o dissenso precisa interrogar essas lacunas como inscrições de uma disputa mais profunda.

Dessa forma, torna-se necessário explorar as práticas de resistência e rearticulação da memória lésbica que emergiram justamente nos interstícios do arquivo oficial. A próxima seção, ao abordar os contra-arquivos e os modos de insurgência da subjetividade lésbica, buscará compreender como o silêncio imposto não impediu a produção de outras formas de existência, registro e pertencimento. É no gesto de profanação desses silêncios que se inauguram novas epistemologias e outros modos de narrar a história.

Memória, resistência e contra-arquivos lésbicos

No entrelaçamento entre exclusão e criação, a história das lésbicas no Brasil encontra na memória um território de reexistência, as estruturas institucionais que negaram sua presença nos arquivos oficiais não impediram a emergência de práticas outras de registro e evocação. Segundo Bosi (1983), a memória coletiva se constrói em meio a resistências, mesmo quando a oficialidade tenta apagar os vestígios. Nesse sentido, é possível identificar na trajetória lésbica a formação de contra-arquivos: formas alternativas de preservar histórias, afetos e vivências, esses registros escapam da chancela estatal, mas não dá legitimidade histórica.

É nesse ponto que a subjetividade se torna um instrumento de insurgência, pois a recusa em aceitar o silenciamento se desdobra em narrativas que tensionam a fronteira entre público e privado. Clarke (1988) afirma que o lesbianismo é, em si, um ato político, especialmente quando se converte em linguagem, arte ou mobilização, tais práticas não apenas resistem ao esquecimento, mas elaboram novas epistemologias, nascidas das margens. O contra-arquivos não é apenas um repositório de documentos; é um modo de habitar a história em disputa com a norma, a resistência, portanto, não é reativa, mas fundacional.

Convém observar que essas formas de preservação não seguem os protocolos convencionais da historiografia, ao invés da formalidade do papel timbrado, inscrevem-se no corpo, na palavra dita e na imagem produzida. Para Sontag (2003), a imagem tem o poder de capturar aquilo que o discurso tenta ocultar, dessa maneira, as expressões artísticas e visuais operam como meios de reinscrição da lésbica na cena pública. A fotografia, a performance e o audiovisual tornam-se instrumentos não apenas de denúncia, mas de elaboração identitária. A imagem, nesse contexto, serve como índice de presença política e subjetiva.



Em continuidade, Bonnet (2000) evidencia que as representações sáficas nas artes sempre existiram, ainda que camufladas sob códigos ambíguos ou deslegitimadas por críticos. Quando analisadas a partir de uma perspectiva lésbica, tais obras revelam estratégias sofisticadas de comunicação entre sujeitos dissidentes. O silêncio imposto pela moralidade heteronormativa, nesse caso, é subvertido por uma visualidade contra-hegemônica que desafia o apagamento simbólico. Tais produções artísticas não são meramente ilustrativas, mas fontes primárias de um arquivo afetivo e político que se mantém em constante transformação.

Dessa forma, a literatura também cumpre um papel decisivo na construção da memória lésbica, a escrita, enquanto prática de autoria e de reinvenção do mundo, permite que experiências antes interditadas ganhem corpo e linguagem. Rich (2019) ressalta que a heterossexualidade compulsória não é apenas uma orientação normativa, mas uma estrutura epistemológica que restringe os modos de narrar. Assim, escrever a si é um gesto que desestabiliza o cânone, permitindo a construção de temporalidades outras, a narrativa torna-se, portanto, um lugar de disputa simbólica e de afirmação de existência.

Ainda no campo das práticas memoriais, Bortolozzi (2019) analisa os modos pelos quais movimentos LGBT, especialmente os lésbicos, criaram suas próprias formas de historiografia. Ao mapear boletins, fanzines e registros de encontros militantes, observa-se o esforço coletivo de produzir arquivos alternativos, esses materiais, muitas vezes considerados menores ou efêmeros, desafiam a lógica do arquivo tradicional. Eles documentam afetos, alianças e tensões, funcionando como dispositivos de coesão comunitária e de resistência simbólica, são, em suma, testemunhos da recusa em ser silenciada.

Nesse contexto, a oralidade emerge como uma estratégia crucial de transmissão histórica, Bosi (1983) argumenta que a memória viva, transmitida de corpo a corpo, possui valor histórico próprio. As narrativas orais permitem resgatar experiências não documentadas, especialmente de mulheres lésbicas que não integraram redes formais de militância, essas falas, marcadas por afetos, dores e desejos, compõem uma historiografia sensível, que se nutre da escuta atenta e do reconhecimento da diferença. A palavra falada, nesse sentido, torna-se gesto de arquivo e ferramenta de emancipação simbólica.

Além disso, convém destacar que essas práticas de memória não se limitam ao passado, mas projetam-se como construção de futuro, Clarke (1988) sustenta que a resistência lésbica é sempre projetiva, pois visa garantir que as próximas gerações tenham acesso às histórias que



lhes foram negadas. Assim, os contra-arquivos não apenas contestam o presente, mas também fundam a possibilidade de continuidade, são exercícios de sobrevivência e planejamento. Constituem, por meio do gesto de lembrar, um futuro menos marcado pela violência do apagamento e mais permeado por presenças múltiplas.

Com efeito, essas formas de resistência reconfiguram a própria ideia de arquivo, o que antes era compreendido como coleção institucional de documentos passa a ser interpretado como território vivo de disputa de sentidos. A memória lésbica, por sua vez, não é apenas evocação do que se perdeu, mas afirmação do que se constrói. Nesse processo, o corpo, a arte e a palavra funcionam como suportes de um saber situado, que desafia o monopólio institucional da verdade histórica, é nesse gesto de insubordinação que a memória se faz política.

Diante desse cenário, torna-se necessário problematizar os fundamentos epistemológicos dessas práticas dissidentes. A próxima seção abordará as epistemologias lésbicas a partir de sua potência crítica, examinando os modos como tais saberes, forjados nas bordas da historiografia tradicional, subvertem os cânones acadêmicos. O que está em disputa, portanto, não é apenas o direito à memória, mas o direito de pensar, produzir e nomear a história a partir de outras vozes.

Epistemologias lésbicas: entre interseccionalidade e subversão

O deslocamento da lesbianidade de objeto marginalizado para categoria analítica desafia as bases tradicionais da produção de conhecimento, pois, ao tensionar os princípios fundantes da racionalidade moderna, a epistemologia lésbica recusa a separação entre sujeito e objeto, entre corpo e saber. Tal crítica, conforme indica Bourdieu (2004), expõe os usos sociais da ciência que historicamente excluíram vozes dissidentes sob o pretexto de neutralidade, assim, o saber produzido a partir da experiência lésbica reivindica legitimidade epistêmica ancorada na existência encarnada e na dissidência política.

Nesse processo de subversão metodológica, a interseccionalidade aparece como um eixo estruturante das epistemologias lésbicas, onde, as múltiplas camadas de opressão que atravessam esses corpos — de gênero, sexualidade, raça e classe — não são tratadas como variáveis complementares, mas como dimensões constitutivas do conhecimento. Falquet (2012) destaca que a lesbianidade, enquanto prática e teoria política, opera na desconstrução dos



binarismos e dos modelos hegemônicos de ciência. Com isso, as fronteiras da disciplina histórica são deslocadas, abrindo-se à escuta de narrativas não hegemônicas e à valorização de saberes outros.

Nessa perspectiva, o espaço educacional torna-se campo de disputa epistêmica, onde os discursos dominantes são interrogados pela presença de corpos dissidentes, nesse cenário, Auad (2021) aponta que as lesbianidades, quando inseridas na pesquisa em educação, desestabilizam a organização hierárquica dos saberes e expõem a cisnormatividade presente nos currículos. O pensamento lésbico, ao se articular com os feminismos críticos, propõe uma pedagogia de questionamento, cujas premissas partem da vivência, da corporeidade e da recusa à norma, a escola, nesse contexto, deixa de ser apenas reprodutora da moral dominante e passa a ser atravessada por resistências cotidianas.

O conhecimento que emerge desses lugares marginais não é fragmentário, mas complexo, pois reconhece os entrelaçamentos históricos e políticos que o constituem, pois, a epistemologia lésbica, ao se enraizar nas experiências concretas, atua como resistência ao universalismo abstrato que caracteriza a ciência moderna. Conforme Freire (1967), os saberes insurgentes nascem no conflito, no diálogo e na prática cotidiana, e não nos laboratórios neutros. Ao incorporar a escuta, o afeto e a solidariedade como práticas de produção de conhecimento, a epistemologia lésbica tensiona os limites do que se considera “acadêmico”.

Esse tensionamento se revela também na recusa ao modelo de cientificidade centrado na impessoalidade e na suposta objetividade, Bourdieu (2004) alerta que tais critérios funcionam, muitas vezes, como mecanismos de exclusão, que separam o saber legítimo daquele produzido por sujeitos considerados “demasiado implicados”. A epistemologia lésbica, por sua vez, reivindica a implicação como forma de compromisso ético com o objeto de estudo, nesse sentido, pensar a história a partir das lésbicas não é apenas tematizar suas existências, mas assumir os riscos e as potências de escrever junto com elas.

A implicação política do saber produzido pelas lésbicas se expressa também na maneira como este saber se organiza, ao invés de seguir modelos lineares, cronológicos e descritivos, as narrativas lésbicas frequentemente operam por fragmentos, colagens e dissonâncias. Falquet (2012) observa que essa forma de narrar recusa a lógica do progresso e da totalidade, priorizando rupturas e afetos. O tempo histórico, aqui, não é o da historiografia tradicional, mas



o da memória insurgente, é nesse campo de ruptura que se forjam novas formas de conceber a história, centradas na experiência situada.

De igual modo, o uso da linguagem aparece como estratégia fundamental na construção de epistemologias lésbicas, a forma como se nomeiam as experiências, os corpos e os desejos carregam implicações ontológicas e políticas. Auad (2021) reforça que o gesto de nomear, nesse contexto, é também um gesto de se autorizar a existir, a linguagem, portanto, não é apenas ferramenta de descrição, mas de criação de mundo. As epistemologias lésbicas propõem, assim, uma ética da nomeação que se contrapõe à lógica do apagamento e da normatização semântica.

Como consequência, as estruturas curriculares e as metodologias tradicionais são deslocadas por essas novas formas de saber, o corpo, historicamente excluído da esfera do conhecimento, torna-se centro e condição para a produção epistemológica. Freire (1967) já indicava a necessidade de um conhecimento dialógico, construído a partir da experiência compartilhada. A epistemologia lésbica, nesse sentido, reabilita o corpo como lugar de enunciação e articula saberes que ultrapassam a dicotomia entre razão e emoção, entre teoria e prática, entre ciência e vida.

Em continuidade, é possível afirmar que tais epistemologias não buscam substituir o conhecimento tradicional, mas desorganizar suas hierarquias internas, onde, o saber situado das lésbicas desloca os fundamentos da autoridade acadêmica e propõe outras formas de validação, baseadas na escuta, na vulnerabilidade e na solidariedade política. Bourdieu (2004) destaca que a crise das ciências humanas exige justamente essa abertura para formas outras de inteligibilidade. A próxima seção, ao abordar o corpo como campo de disputa e a produção de sentido em contextos repressivos, seguirá ampliando essa reflexão sobre as articulações entre subjetividade, violência e insurgência.

Entre o corpo e o campo de batalha: lesbianidades sob regimes de repressão

Durante as décadas de 1960 a 2000, os regimes de controle moral no Brasil inscreveram os corpos dissidentes em estratégias de repressão e silenciamento, o corpo lésbico, por não corresponder aos modelos normativos de gênero e sexualidade, foi alocado no território da subversão, tornando-se objeto de vigilância política. Conforme apontado por Joffily (2010), as ditaduras latino-americanas organizaram uma pedagogia da ordem, na qual o corpo feminino



deveria cumprir a função materna e heterossexual, nessa estrutura, qualquer desvio era interpretado como ameaça à integridade nacional.

Com efeito, a repressão exercida pelo Estado não se limitava à punição física ou judicial, mas operava também pela codificação simbólica, o corpo da mulher lésbica era lido como um corpo improdutivo, pois negava a função biológica e moral da reprodução. Rich (2019) observa que essa recusa à heterossexualidade compulsória não apenas tensionava os modelos familiares, mas questionava os próprios pilares sobre os quais se organizava a cidadania, nesse horizonte, a mulher que amava mulheres era, portanto, entendida como figura liminar, cuja existência desorganizava os pactos de poder estabelecidos.

Nesse sentido, é possível compreender que o corpo lésbico passou a funcionar como campo de inscrição de múltiplas violências, as marcas da repressão não estavam apenas nas ausências documentais, mas também nas performatividades tolhidas, nas afetividades silenciadas e nos desejos censurados. Clarke (1988) afirma que o lesbianismo, mesmo em sua expressão mais íntima, é um ato de afronta ao poder, pois rompe com os dispositivos que sustentam a dominação masculina. Ao habitar o corpo como lugar político, a mulher lésbica desafia as narrativas que definem o que pode ou não ser vivido.

Ademais, a sexualidade, durante os regimes autoritários, foi administrada como questão de segurança nacional, conforme demonstram Simões e Facchini (2009), as práticas sexuais que escapavam ao modelo heteronormativo eram frequentemente vigiadas, censuradas e reprimidas por meio de mecanismos institucionais e extraoficiais. O corpo lésbico, por sua condição de dupla transgressão — de gênero e de desejo — era tratado com especial desconfiança, especialmente quando articulado a movimentos feministas e à militância política, a repressão, nesse caso, operava pelo medo, pela deslegitimação e pela ocultação.

Falquet (2012) ressalta que a lesbianidade não é apenas uma orientação sexual, mas uma estratégia de insubordinação frente à norma, nesse contexto, o corpo da lésbica, ao recusar o acesso masculino, inaugura um outro regime de sentido, onde o prazer e a autonomia não dependem da autorização do patriarcado. Essa insubmissão radical, quando registrada no espaço público, instaura uma crise simbólica na lógica do poder. O corpo, nesse contexto, torna-se espaço de disputa ontológica, onde se joga não apenas o reconhecimento da existência, mas a definição do que é humano e do que é possível.



Ainda no interior dessa lógica, observa-se que o silêncio sobre as lesbianidades foi também uma tecnologia de poder, a ausência de registros não é um acaso, mas um ato deliberado de negação. Ao não documentar as experiências lésbicas, o Estado e suas instituições mantinham intactos os sistemas de exclusão, nesse sentido, Joffily (2010) indica que as políticas de esquecimento foram fundamentais para sustentar os projetos autoritários, pois controlavam tanto a memória quanto a expectativa de futuro, o que não se nomeia, não reivindica; o que não se arquiva, não retorna.

Entretanto, o corpo recusado pela ordem também abriga possibilidades de resistência, a insurgência lésbica, ao ser performada em espaços públicos ou nos interstícios do cotidiano, tensiona a lógica disciplinar que pretende regulá-la. Rich (2019) enfatiza que a corporeidade dissidente desorganiza os dispositivos do poder por sua mera presença. A insubordinação do corpo não exige fala, pois está inscrita nos gestos, nos olhares, nos vínculos que escapam ao controle. É no corpo que se inicia o processo de desnaturalização da norma, mesmo quando a linguagem ainda não é suficiente para enunciá-lo.

O campo da repressão, por sua vez, também produz sujeitos. Clarke (1988) argumenta que a lesbiana não é apenas vítima da violência institucional, mas sujeito ativo na produção de outras formas de vida, o corpo que sofre também cria; o corpo vigiado também comunica. Essa agência, embora muitas vezes invisibilizada, é perceptível nas tramas afetivas e nas práticas culturais que se reproduzem à margem. A história dessas práticas não pode ser apreendida pelos documentos oficiais, mas emerge nas entrelinhas daquilo que sobreviveu ao apagamento.

Assim, a historiografia crítica, ao se debruçar sobre os corpos lésbicos em contextos repressivos, precisa desenvolver ferramentas que ultrapassem a análise normativa. Falquet (2012) propõe uma leitura transversal, capaz de articular os silêncios arquivísticos às presenças insurgentes, nesse cruzamento, o corpo não é apenas objeto de análise, mas arquivo vivo de lutas e narrativas. A história, nesse caso, se escreve no contato entre o que foi interditado e o que resiste, entre a violência da norma e a profanação do cotidiano, o corpo torna-se, assim, produtor e portador de memória.

À luz dessa reflexão, é possível afirmar que os arquivos da moral brasileira entre 1960 e 2000 operaram o apagamento da lesbianidade mediante dispositivos simbólicos e normativos que excluíram sistematicamente os corpos dissidentes da narrativa nacional. Contudo, as práticas de resistência e a profanação dos silêncios, articuladas por sujeitos lésbicos,



constituíram epistemologias insurgentes que desafiaram a lógica arquivística hegemônica. O corpo, ao se tornar campo de disputa e enunciação, tornou-se também testemunho vivo de uma história que se quis interdita, mas que insiste em existir como contra-memória e potência crítica.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo do artigo permitiu compreender que os arquivos da moral brasileira foram estruturados a partir de dispositivos institucionais que operaram o apagamento sistemático da lesbianidade. A exclusão das experiências lésbicas não decorre de simples omissão, mas de uma política ativa de silenciamento e marginalização, a pesquisa confirmou a hipótese de que o silêncio arquivístico é uma tecnologia de poder e controle social. Esse silêncio não apenas apaga, mas disciplina, delimita e define o que pode ser lembrado, dessa forma, o não dito histórico adquire função estruturante na produção da norma.

Verificou-se que, diante desse apagamento, práticas de resistência foram mobilizadas por sujeitos lésbicos, que criaram contra-arquivos, narrativas dissidentes e formas alternativas de inscrição no tempo. Essas práticas não apenas rompem com o silêncio imposto, mas fundam novas formas de produzir memória e conhecimento. Os registros visuais, literários, orais e corporais analisados revelam a força de uma subjetividade que recusa a subalternização. Os resultados demonstram que a memória lésbica se organiza a partir da dor, mas também da insubordinação e da criatividade, trata-se de uma história em disputa, ainda em aberto.

A pesquisa demonstrou, ainda, que a produção de conhecimento situada e insurgente proposta pelas epistemologias lésbicas amplia os horizontes do pensamento histórico. Ao romper com os paradigmas tradicionais, essas epistemologias propõem uma nova forma de pensar o saber histórico: mais sensível, comprometida com o corpo e atenta às múltiplas violências que atravessam a experiência social. O campo da História, nesse sentido, é desafiado a rever seus critérios de validação e representação, o reconhecimento da lesbianidade como categoria analítica é também um gesto político de reorientação disciplinar.

No plano prático, os achados da pesquisa indicam a necessidade de revisão dos acervos institucionais, das políticas de preservação da memória e das narrativas escolares que moldam a identidade coletiva. Ao dar visibilidade às estratégias de profanação dos silêncios, contribui-se para a formulação de políticas de memória inclusivas e críticas. O corpo lésbico, antes



interditado, passa a ser reconhecido como produtor de sentido e de história, esse reconhecimento repercute diretamente na construção de identidades sociais mais plurais, resistentes à lógica da exclusão e da normatização violenta.

A pesquisa não esgota a complexidade do tema, mas abre caminho para novas investigações que considerem outros marcadores de diferença e aprofundem os impactos da interseccionalidade nos processos de exclusão e resistência. Estudos futuros poderão explorar, por exemplo, os cruzamentos entre lesbianidade, negritude, territorialidade e classe social, iluminando aspectos ainda pouco visíveis da experiência histórica. As práticas culturais emergentes, os espaços religiosos e os arquivos digitais também oferecem potencial analítico relevante, a escuta atenta de outras vozes é imperativa para a construção de um campo historiográfico mais justo.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento aos arquivos da moral requer não apenas a produção de novas fontes, mas a invenção de outras formas de narrar, arquivar e lembrar. A lesbianidade, ao se inscrever como campo epistemológico, convoca a História a assumir seu compromisso ético com a pluralidade das existências. A profanação dos silêncios não é apenas um gesto de contestação, mas também de reconfiguração das possibilidades de existir no tempo. Produzir memória é, nesse sentido, um ato de resistência e uma promessa de futuro, a História, quando escrita desde as margens, expande seus próprios limites.

Referências

- AUAD, Daniela. Caminhos entrelaçados: Feminismos e Lesbianidades na Pesquisa em Educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 29, n. 3, e82528, 2021. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2021000300402&lng=pt&nrm=iso . Acessos em 20 jan. 2024.
- BONNET, Marie-Jo. **Les deux amies**: essai sur le couple de femmes dans l'art. Paris: Éditions Blanche, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- BORTOLOZZI, Remom. Mosaico de Purpurina: Revisitando a História do Movimento LGBT no Brasil. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2019. DOI: 10.29397/reciis.v13i3.1831. Disponível em:



<https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1831> . Acesso em: 10 jan. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1983.

CLARKE, Cheryl. O lesbianismo: um ato de resistência. In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana (org.). **Esta puente, mi espalda: voces de las tercermundistas en los Estados Unidos**. São Francisco: ISM Press, 1988.

COLAÇO, R. Movimento homossexual. In: COLAÇO, R. (org.). **Uma conversa informal sobre o homossexualismo**. Rio de Janeiro: El'Art Gráfica, 1984.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, [s.l.], ano VI, n. 5, dez. 2012.

FERREIRA, Miller Goulart. História da homossexualidade ligada à transmissão de HIV/AIDS e abordagem na escola pelo filme *Filadélfia* de Jonathan Demme (1993). **Revista Discente Oficinas de Clio**, Pelotas, v. 4, n. 7, p. 126-145, jul./dez. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

MICCOLIS, L.; DANIEL, H. O movimento homossexual organizado – esse quase desconhecido. In: MICCOLIS, L.; DANIEL, H. (org.). **Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória, existência lésbica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



SOUZA, Caroline Coelho. Agripina e o diálogo com o poder: reflexões sobre gênero e sexualidade em/na Roma Antiga. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, v. 5, n. 8, p. 93-110, jan./jun. 2020. ISSN 2527-0524.

TREVISAN, João Silvério. Paraíso perdido, paraíso reencontrado. In: TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia até à atualidade. São Paulo: Max Limonad, 1986.

Trabalho Apresentado em 29/10/2025

Aprovado em 23/12/2025